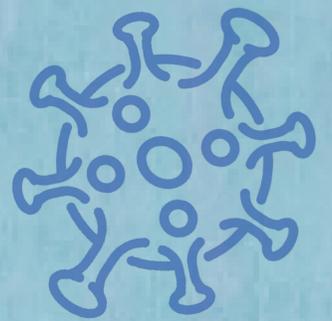


15ª Edição

MAPA SOCIAL DO CORONA



REALIZAÇÃO:



APOIO:



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

IMPACTOS E REAÇÕES EDUCACIONAIS AO LONGO DA PANDEMIA NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

Aruan Braga, Michella Maia, Lino Teixeira, Jorge Barbosa e Cleber Ribeiro*



*Cleber Ribeiro, coordenador geral do Seja Democracia, frente de formação política para jovens negros da periferia, do Instituto Maria e João Aleixo. É geógrafo, professor de geografia e mestre em educação. Leciona no Ensino Básico (EJA) do Colégio Santo Inácio e no Pré-vestibular Comunitário da Rocinha.

Nesta 15ª edição do Mapa Social do Corona nos propusemos a refletir sobre os impactos da pandemia à educação, com especial atenção ao ensino fundamental da rede pública da cidade do Rio de Janeiro. Para essa análise dialogamos com responsáveis dos/as alunos/as, professores/as e uma gestora escolar, pessoas diretamente envolvidas e afetadas pelas mudanças que ocorreram na educação durante a pandemia de Covid-19.

Neste período de emergência de saúde às aulas foram suspensas e posteriormente retomadas na modalidade remota, o que foi novidade para a maioria da comunidade escolar, uma vez que a educação básica é oferecida majoritariamente na modalidade presencial. A comunidade escolar precisou se adequar rapidamente à nova realidade, porém nem todos conseguiram se adaptar devido a diferentes fatores como: dificuldade ou não acesso à internet, à eletrônicos, material de apoio não adequado aos

estudantes são alguns exemplos.

Estes fatores expressam as múltiplas desigualdades socioeconômicas da cidade e impactam de forma decisiva a aprendizagem das crianças e adolescentes. Nesta fase escolar, devido a imaturidade para o estudo autônomo, a demanda pela presença e suporte do/a professor/a em sala de aula é muito importante. Como consequência muitos abandonaram os estudos, fato confirmado nos índices de desenvolvimento educacionais expostos ao longo do texto.

Territórios de favelas e periferias, marcados pelas desigualdades socioeconômicas, foram extremamente impactados por esse cenário. No entanto, em função de seu potencial criativo e inventivo para enfrentar as desigualdades, também foram construídas nestes territórios estratégias de proteção do direito à educação, por meio da sociedade civil organizada.

Boa leitura.





1. LETRAMENTO SOCIAL EM CONTEXTO DE ABANDONO ESCOLAR

O percurso curricular é realizado pela escola a partir do letramento dos alunos. No campo da pedagogia o letramento é entendido enquanto incorporação funcional das capacidades que conduzem o aprender a ler e escrever (Oxford Languages, 2023). Por sua vez, esse processo corresponde a ação de ensinar a capacidade de representar a realidade via sinais gráficos associados a um conjunto de fonemas desenvolvidos por uma determinada sociedade, ao longo do seu tempo de existência. Com isso, é possível afirmar que é necessário compreender o letramento como uma prática social.

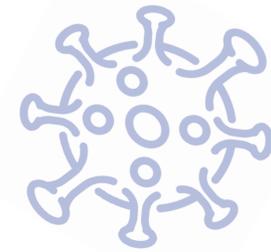
Nossa sociedade construiu a escola – espaço geográfico definido por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações orientadas para inserir as novas gerações na sociedade – para exercer o papel de instituição capaz de orientar o processo de letramento das crianças e jovens; mediando sua interação com o conjunto de coisas existentes e narradas pela sociedade. Como sabemos, em 2020 tal mediação realizada pela escola foi interrompida em decorrência da pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo.

Com o prolongamento do período de isolamento social, os profissionais das escolas públicas do município do Rio de Janeiro, impedidos pela pandemia de exercerem sua rotineira prática de ensino, se viram na necessidade de criar estratégias de mediação do letramento dos

alunos; umas via ensino remoto, outras via disponibilização de material impresso. Neste novo contexto de interrupção da vivência escolar historicamente construída e sua necessidade de reinvenção no denominado ensino fora do espaço escolar, como se deu o letramento como prática social dos estudantes no contexto de abandono?

Para iniciar a apresentação de apontamentos capazes de nos ajudar a responder a esta questão, vale afirmar que **o processo de letramento como prática social não é subordinado exclusivamente à escola, mas sim a todo o contexto social no qual a pessoa está inserida**. Por sua vez, a dinâmica da prática social se movimenta num fluxo contínuo e aberto aos espaços de convivência, físicos e digitais. O que não tira o papel fundamental da escola na mediação deste processo, como meio de qualificação da inserção das novas gerações na sociedade. Aqui, o sentido de qualificação está diretamente relacionado com equidade, enquanto um dos princípios da escola. Nele, a escola tem como objetivo contribuir ativamente para a superação das desigualdades, ao garantir a igualdade distributiva ou redistributiva na qualidade de atenção às necessidades e acesso a oportunidades construídas pela sociedade. Ela deve construir condições que favoreçam o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais,





de minorias, dentre outros¹.

Em pesquisa desenvolvida por Alves, Soares e Xavier² as desigualdades de aprendizado encontradas em escala nacional no ensino fundamental – presentes entre grupos sociais definidos pelo sexo, cor e nível socioeconômico – indicam que a análise de um sistema educacional deve considerar tanto sua qualidade como sua equidade, aferida por medidas de desigualdade. Contudo, os efeitos da pandemia COVID-19, associada à baixa eficiência das políticas educacionais de garantir direitos, resultaram no aumento das desigualdades educacionais e, em resposta, eficientes estratégias da sociedade civil organizada em territórios periféricos em mitigá-las.

De acordo com a pesquisa C6 Bank/DataFolha, quatro milhões de estudantes brasileiros, com idades entre 6 e 34 anos, abandonaram os estudos em 2020. Taxa de abandono escolar em 2020: Ensino superior: 16,3%, Ensino médio: 10,8%, Ensino fundamental: 4,6%. Entre as principais causas para o abandono escolar, está a questão socioeconômica, considerando que os estudantes das classes sociais mais baixas lideraram os índices de evasão. Classe A e B: 6,9% ao passo que na Classe D e E: 10,6%. Ricardo Henrique, em sua coluna de educação no jornal O Globo³ afirma que os dados do

Censo Escolar de 2022 (MEC), mostram que 24% dos alunos do primeiro ano do ensino médio iniciaram a etapa escolar neste ano apresentando distorção idade série. O que já evidencia as consequências à educação escolar em tempos de pandemia e os profissionais da educação conseguiram ter essa percepção:

A evasão durante a pandemia, eu acredito que ela tenha sido muito grande. Os dados da secretaria falam de milhares de alunos. A gente perdeu muitos alunos e alunas no sentido de não conseguir achá-los. A coordenação da escola criou um Gmail [conta do Google Sala de Aula]. Um espaço para que os professores postassem trabalhos online e os alunos fizessem as atividades, só que a participação era muito pequena. Porque você vai entrar na questão de muitos não terem notebook, não terem um celular com capacidade de memória, com recursos para poder acessar essas aulas, esses conteúdos programáticos e também por não ter internet.

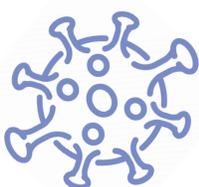
(Daniela Azini, diretora na rede municipal)

Inúmeras pesquisas, como a realizada em 2021 no Conjunto de Favelas da Maré-RJ, pela organização da sociedade civil Redes da Maré e o Instituto Unibanco, evidenciou os

¹ SPSATI, Aldaíza; AKERMAN, Marco et al. Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo. São Paulo: EDUC, 1996

² ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco; XAVIER, Flavia Pereira. Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013. Revista Brasileira de Sociologia. Vol. 04, Nº. 07, Jan/jun/2016.

³ HENRIQUES, Ricardo. Reprovação: tempo e dinheiro perdidos. Coluna semanal (27/02/2023). oglobo.globo.com





perversos impactos nos s finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Nela, fica latente a percepção dos estudantes terem perdido dois anos de aprendizagem, bem como, as várias dificuldades destes conseguirem acompanhar as atividades remotas. A pesquisa mostrou que em 2021 38% dos estudantes não acompanharam as atividades remotas na Maré. A causa mais citada foi de não ter entendido o que era para ser feito (43%), seguida por falta de internet (22%), de dispositivo eletrônico (18%) e problemas emocionais (15%). Já de acordo com 87% dos profissionais de educação, menos da metade dos alunos aderiram às atividades remotas. A mesma pesquisa revela o papel ativo de instituições da sociedade das periferias no auxílio aos estudantes, moradores de favelas, para conseguir transpor os desafios socioeconômicos agravados pela pandemia e acessar o que foi disponibilizado enquanto mediação do letramento como prática

social realizado pela escola⁴.

Neste contexto de ausência de eficientes políticas públicas e, em resposta, de ações inventivas das instituições da sociedade civil organizada pelos territórios de favelas e periferias que o direito à educação, via letramento, foi ganhando potentes contornos. Para realizar tal percurso narrativo, a seguir serão apresentados dados que revelam com profundidade os perversos e desiguais impactos da pandemia da COVID-19 no desempenho escolar dos alunos da rede municipal de educação do Rio de Janeiro. Em seguida teceremos diálogo com diferentes sujeitos da comunidade escolar que viveram a escola no período pandêmico. Nele será corporificada a experiência e os efeitos da pandemia na aprendizagem. E, por fim, identificaremos a potência das periferias, via atuação das instituições da sociedade civil organizada, na construção de estratégias eficientes de garantia do direito à educação.

2. DESENVOLVIMENTO E DESEMPENHO ESCOLAR AO LONGO DA PANDEMIA NO RIO DE JANEIRO

Um dos elementos mais acionados para avaliar os processos educacionais é o rendimento escolar. Embora seja apenas uma das dimensões do desenvolvimento e do aprendizado no ambiente escolar, está diretamente relacionado ao desempenho dos alunos no que se refere ao conhecimento adquirido e à habilidade de aplicação.

Como fica evidente nas demais seções deste boletim, nossa abordagem acerca da educação escolar ultrapassa as dimensões do conteúdo. Por isso, incorporamos outros olhares e objetivos da educação nas demais seções do texto. No entanto, iremos nos debruçar agora sobre estes dados, coletados em fontes públicas e oficiais, tanto do municí-

⁴ Redes da Maré e Instituto Unibanco. Pesquisa Covid-19 e o acesso à educação nas 16 favelas da Maré: impactos nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. 2022.
Link: <https://bit.ly/3BxsNmO>

pio do Rio de Janeiro como do Governo Federal.

Mesmo antes da pandemia a desigualdade educacional no Brasil se mostrava de forma muito evidente. Considerando dados do ano anterior a proliferação da pandemia no Brasil fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2019) podemos confirmar essa afirmação.

Marcadores sociais como o nível socioeconômico e a raça/cor se mostram determinantes para os melhores ou piores resultados educacionais. No tocante ao desempenho escolar nas disciplinas de matemática e português nos anos finais do ensino fundamental, por exemplo, há uma significativa distância.

Na disciplina de português 47% estudantes dentro da faixa de alto nível socioeconômico apresentam aprendizado adequado, ao passo que na faixa de baixo nível socioeconômico a média é de 34%. Na dimensão racial, brancos estão com aprendizado adequado em 49% dos casos, ao passo que negros em apenas 32%.

A disciplina de matemática também revela resultados similares. 27% dos alunos de alto nível socioeconômico estavam em 2019 com aprendizado adequado, já nos alunos com baixo nível socioeconômico este percentual chegou a 15%. A mesma distinção proporcional foi percebida entre negros e brancos neste caso. 27% dos brancos com aprendizado adequado em matemática, sendo que apenas 15% dos negros chegaram

neste patamar de desempenho escolar.

Reduzindo a escala de observação para a cidade do Rio de Janeiro nos anos iniciais e ampliando a observação dos dados para captar também o período pandêmico apresentamos abaixo uma sequência de mapas. Utilizamos os resultados do IDEB⁵ em cada bairro da cidade do Rio de Janeiro como ponto de partida, mas ao invés de considerar apenas os dados de 2019 (Mapa 01) também incluímos os dados divulgados recentemente sobre 2021 (Mapa 02). De forma complementar, incluímos como recurso analítico o terceiro mapa com a distribuição da população negra na cidade do Rio de Janeiro.

Quando observamos o **Mapa 01** percebemos a condição de desigualdade educacional presente na cidade do Rio de Janeiro, assim como identificado pelo Governo Federal à nível nacional. Os bairros das regiões mais abastadas e majoritariamente ocupados por pessoas brancas apresentam cores mais fracas, indicando melhores índices no IDEB.

Mirando o mapa 2, que expressa os dados coletados ao longo de 2021, no estágio mais grave da pandemia na cidade impondo drásticas medidas restritivas no acesso às escolas, percebemos um evidente aprofundamento no aprendizado dos alunos, sobretudo dos residentes nos bairros da Zona Oeste e Zona Norte na cidade.

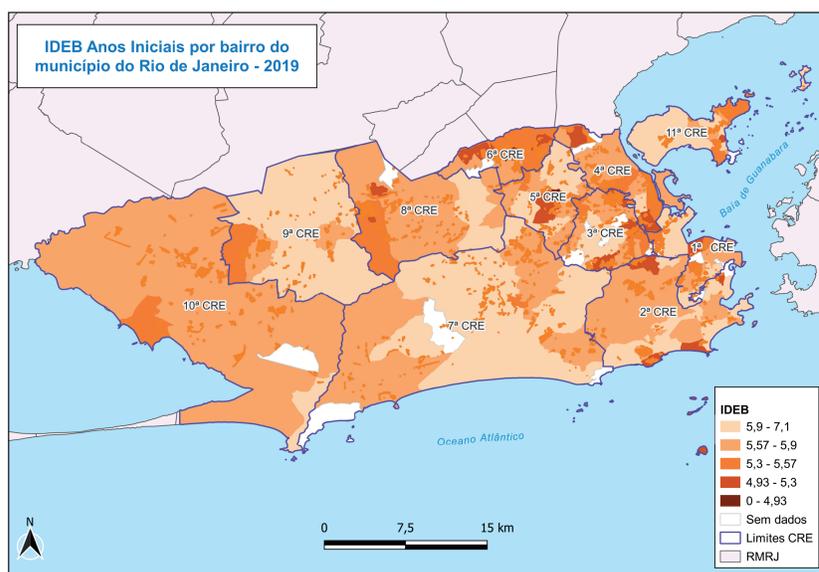
⁵ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é um indicador criado pelo governo federal para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas.



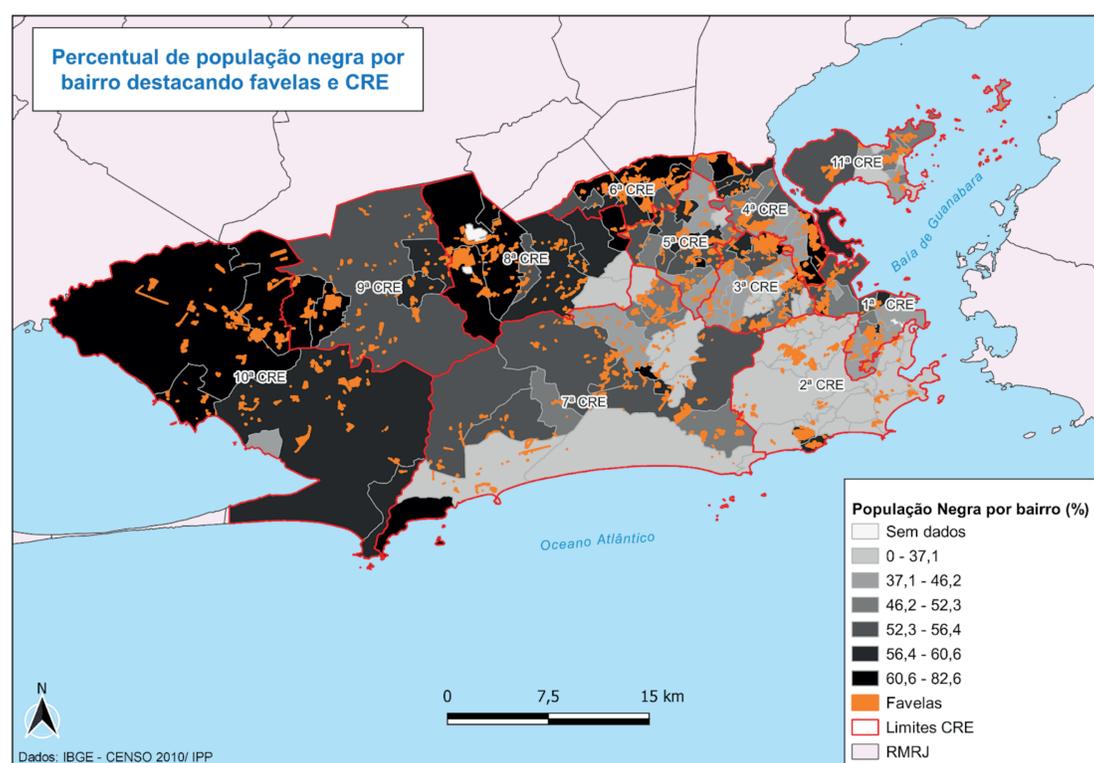
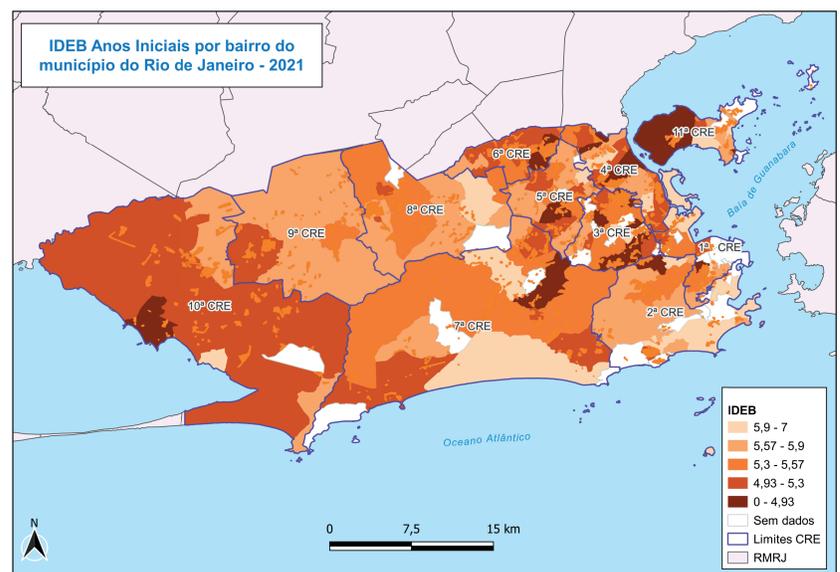
Quando comparado ao mapa 01 é possível identificar com precisão uma maior heterogeneidade das cores no mapa 02, resultado que revela maior discrepância dos índices de Desenvolvimento da Educação Básica entre os bairros em 2021. A assimetria entre os resultados apontam cenários preocupantes pois apontam o aprofundamen-

to das desigualdades no acesso à educação de bairros e regiões da cidade historicamente privados desse direito: bairros e territórios populares, sobretudo favelas, ocupados majoritariamente por pessoas negras. Falamos, portanto, da maioria esmagadora da população carioca.

Mapa 1



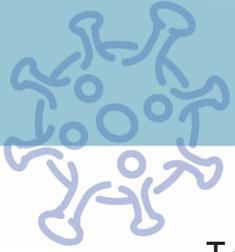
Mapa 2



Mapa 3

Ainda no esforço de compreender as dinâmicas desiguais no acesso à educação ao longo da pandemia elaboramos outra sequência visual,

agora com gráficos, para traçar comparações diretas entre favelas e bairros abastados⁶ dentro das três principais regiões da cidade.



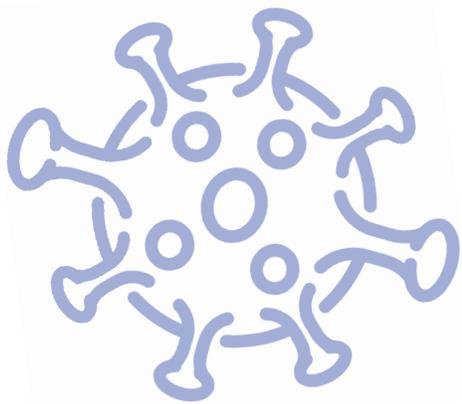
Também partimos da fonte de dados do IDEB, mas acompanhamos uma trajetória mais longa, entre 2007 e 2021.

Observando a Zona Sul da cidade, com destaque para os bairros de Copacabana e a Rocinha, percebemos como o histórico recente que vinha aproximando os índices de ambos os bairros foi interrompido pela pandemia. Em 2021 a diferença percentual voltou a ser de 0,7, retornando ao patamar que foi observado em 2015.

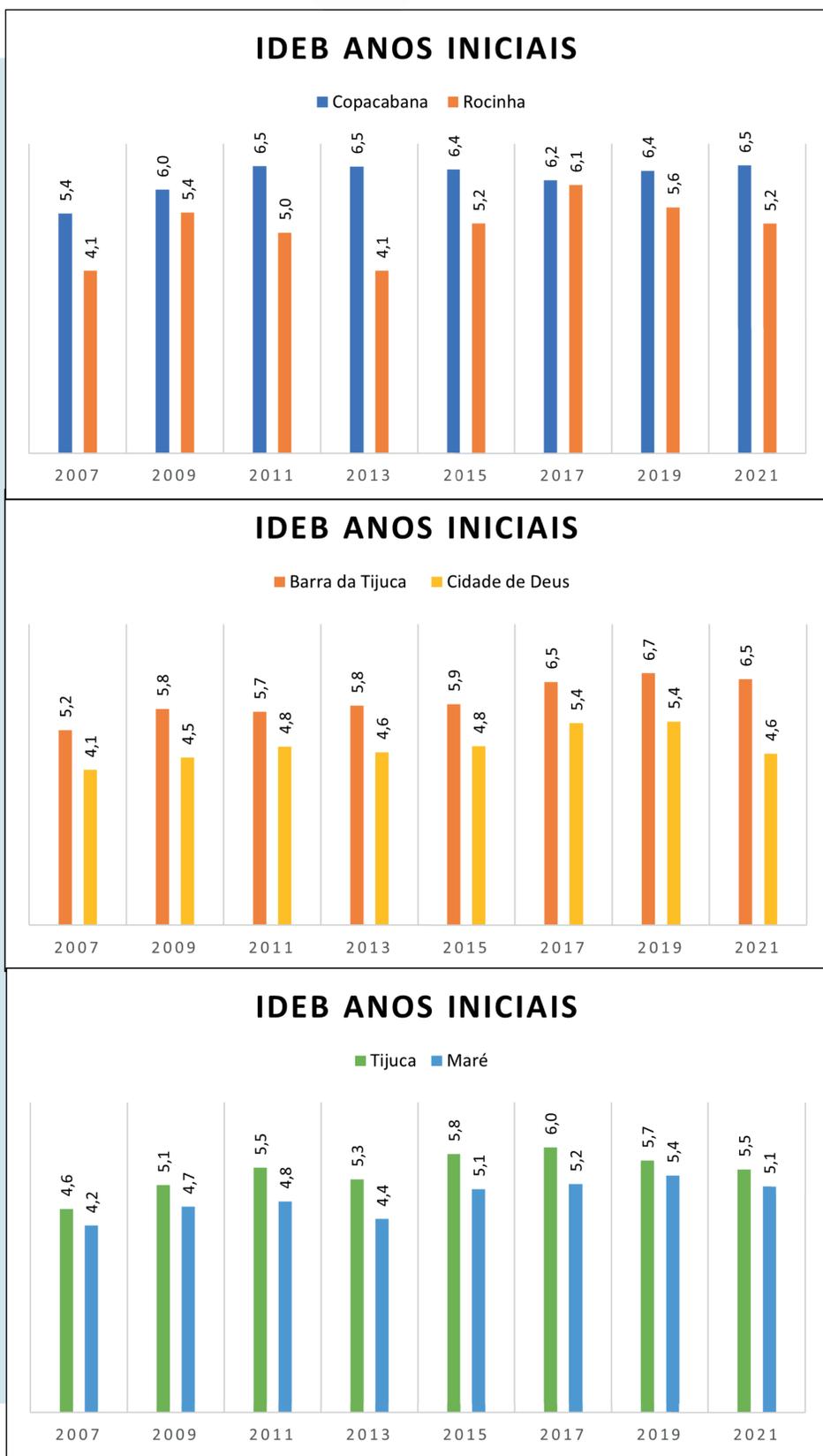
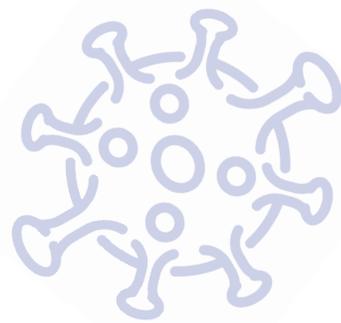
Considerando agora a Zona Oeste do Rio de Janeiro, temos em foco os bairros da Barra da Tijuca e a Cidade de Deus. Assim como no caso anterior, a trajetória histórica de aproximação dos índices entre os dois bairros foi muito afetada

pela pandemia. Em 2021 a Barra da Tijuca alcançou o IDEB de 6,5 e Cidade de Deus 4,6. Este desequilíbrio é o maior em toda a série histórica.

Com recorte sobre a Zona Norte da cidade, o gráfico 03 compara a Maré à Tijuca. Neste caso específico o padrão observado antes não foi mantido e os impactos negativos da pandemia sobre o rendimento escolar dos alunos da Maré foi controlado, segundo os dados. Em outras edições deste boletim outros efeitos e refreamento da pandemia na Maré foram considerados, demonstrando experiências eficientes de organizações sociais e equipamentos públicos locais no combate à pandemia.



⁶ Esta estratégia de comparação pode ser encontrada em inúmeras outras edições do boletim Mapa Social do Corona.



De maneira geral, os gráficos também revelam como as condições estruturais do acesso à educação privilegiaram os bairros mais ricos economicamente, demonstrando pequena variação no IDEB em função da pandemia. Em contrapartida, afóra o caso da Maré, os territórios populares analisados neste estudo apresentaram quedas drásticas no índice, indicando a importância de fatores sociais, econômicos e infraestruturais na promoção do acesso à educação.



3. ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS DE ENSINO APLICADAS NA PANDEMIA

Da sala de aula invertida à boa e famosa apostila foram inúmeras as estratégias de ensino utilizadas na pandemia. De início as aulas foram suspensas em todo o país e o Brasil foi o segundo país com maior período

de suspensão das aulas, 190 dias, segundo dados da Unesco. Após esse longo período as aulas foram retomadas de forma remota para que se mantivesse e respeitasse as orientações de isolamento e



distanciamento social para conter o avanço da COVID-19.

Compreendendo que as escolas, para além do lugar do aprendizado, são também o lugar da socialização e por isso mesmo seria difícil garantir o distanciamento entre alunos e alunas, os/as profissionais da educação e gestores/as públicos deliberaram pelo ensino remoto como forma de assegurar o processo de aprendizagem dos/as estudantes e mitigar os efeitos da pandemia nos diferentes níveis de ensino: educação básica e educação superior. Foi a solução emergencial encontrada e que não é inédita, apesar da pandemia ter um ineditismo no sentido de vivência no século XXI. O decreto 9.057, de 2017, autoriza cursos e atividades à distância no ensino fundamental, médio, educação profissional, educação de jovens e adultos e educação especial, porém temos ciência que não era comum a adoção das atividades à distância no ensino fundamental regular.

A educação à distância possibilitou o uso de diversos recursos tecnológicos e professores/as que tinham a falta de aparato tecnológico como limitador puderam experienciar diferentes ferramentas durante as aulas online. O Google Classroom foi um dos aplicativos mais utilizados durante o período de ensino remoto, nele podia-se incluir links para vídeos e jogos educativos para além da postagem dos conteúdos da disciplina. Durante as aulas síncronas professores/as podiam utilizar-se das chamadas metodolo-

gias ativas, nas quais o/a aluno/a é o principal agente de sua aprendizagem e o/a professor/a atua mediando esse aprendizado. A metodologia ativa é um processo de ensino que incentiva a participação do/a aluno/a através, por exemplo, do fórum e fórum invertido, gamificação, sala de aula invertida, dentre outras metodologias. Santos e Jacobs⁷ afirmam que o/a aluno/a precisa ser maduro o suficiente para “exercer o controle sobre seu processo cognitivo e motivacional, de modo a captar, organizar e transformar as informações adquiridas ao longo do tempo”. Ao mesmo tempo, são necessários professores/as capacitados para aplicação de algumas dessas metodologias ativas.

O ensino remoto online revelou alguns entraves não só para aplicação das metodologias ativas, mas também para as metodologias tradicionais. Temos professores/as que não têm pleno domínio das tecnologias e ferramentas digitais, o que foi um dificultador para a realização das atividades no meio digital (fora as dificuldades inerentes para execução do trabalho remoto em casa em função das dinâmicas do lar). Um outro entrave é que apesar do ensino remoto online ter como objetivo assegurar a manutenção do processo de ensino-aprendizagem, ele não consegue alcançar aos alunos e alunas que não tinham acesso a internet e tão pouco celulares e/ou computa-

⁷ Santos, Ana Luiza; Jacobs, Edgar, 2021. O papel das metodologias ativas no contexto da pandemia.

Disponível em: <https://www.jacobsconsultoria.com.br/post/o-papel-das-metodologias-ativas-no-contexto-da-pandemia>, acesso fev/2023.

dores para acompanhar as aulas. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva, apresentada pelo G1⁸, demonstrou que ainda que o acesso a internet no país tenha aumentado ele ainda se dá de forma desigual, no qual pessoas negras das classes C, D e E não conseguem acessar a internet todos os dias.

Reconhecendo alguns desses entraves a prefeitura do Rio, para além de desenvolver um aplicativo próprio para postagem de conteúdos educacionais (SME Carioca 2020/RioEduca) bem como utilizar plataformas como o Google Sala de Aula, realizou algumas ações como fornecer formação para o corpo docente através de webnários para que estivessem aptos para utilizar as plataformas digitais como também produziu videoaulas para transmissão na TV aberta como relata o professor Gustavo:

[...] utilizávamos o Google Classroom para postar atividades. Contudo, pouquíssimos alunos acessavam. Então passamos a utilizar outra forma para fornecer conteúdos e atividades para os discentes via WhatsApp. Mas também havia pouquíssimas respostas. Não recebi qualquer ajuda de custo para isto. A secretaria Municipal de Educação produzia fascículos semanais digitais com

conteúdo e questionários. Eles ficaram disponíveis on-line em pdf.

Algum tempo depois, a Secretária de Educação começou a produzir videoaulas que eram transmitidas pela TV Escola e pela Multirio. Depois só pela Multirio. Alguns meses depois, foi criado um aplicativo com videoaulas, exercícios, materiais didáticos institucionais e links educativos. O uso era com dados patrocinados pela Prefeitura. (Gustavo, professor da rede municipal)

A distribuição/compartilhamento de apostilas semanalmente seja pessoalmente ou por Whatsapp foi o caminho encontrado pelas escolas para conseguir alcançar mais alunos/as, até mesmo após o retorno das aulas presenciais no regime híbrido.

Eu entrei na prefeitura do Rio, em outubro de 2021, então peguei o final da pandemia, o regime das aulas era híbrido, então as aulas que eram dadas na sala de aula, eram repassadas nos grupos de whatsapp.

Foi possível perceber a dificuldade dos alunos em ter acesso aos conteúdos das aulas, nem todos possuem acesso a internet.[...] Como os alunos não conseguiam ter acesso a plataforma do RioEduca, e alguns alunos não possuem acesso a internet, a solução foi repassar o material impres-

⁸ Marcio Caetano; Paulo Melgaço Silva Junior; Tarciso Manfrenatti de Souza Teixeira, 2020. Educação em tempos de pandemia: reflexões sobre políticas de educação na cidade do Rio de Janeiro.

⁸ Mais de 33 milhões de brasileiros não têm acesso à internet, diz pesquisa, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/03/21/mais-de-33-milhoes-de-brasileiros-nao-tem-acesso-a-internet-diz-pesquisa.ghtml>, acesso em jan/2023.



so, os responsáveis iam até a escola para retirar. O Whatsapp foi a melhor forma de acesso, pois gastava pouco o pacote de dados dos alunos. *(Michele, professora da rede municipal)*

A maior dificuldade imposta aos alunos e alunas foi a falta de suporte dos/as professores/as, isto é, não teriam o/a professor/a ao lado para explicar o conteúdo presente nas apostilas. O que impôs aos professores e professoras a produção de conteúdo o mais inteligível possível para que os/as alunos/as pudessem compreendê-los ao lê-los sem o apoio do/a professor/a, levando em conta que muitos responsáveis também não conseguiriam oferecer suporte aos filhos e filhas por não dominarem conteúdo e/ou por não ter tempo para isso. A estratégia de elaboração e uso de apostilas para a educação à distância não é novidade, mas foi novidade e oneroso para os/as responsáveis se responsabilizarem pela impressão das mesmas uma vez que eram enviadas por Whatsapp.



Quando [minha filha] foi pra pré-escola já havia iniciado o híbrido, porém as apostilas eram impressas pelos pais, não tive ajuda de custo para impressão do material. Tinha o material principal do RioEduca, porém todo o restante era custeado por nós, os responsáveis. *(Jéssica, mãe e moradora da Cidade de Deus)*

Pegava apostila na escola ou imprimia em casa e apliquei as provas para meu sobrinho em casa.
(Gabrielle, tia e moradora da Cidade de Deus)

Os/as responsáveis tiveram que imprimir as apostilas em casa porque algumas escolas não tinham recursos suficientes para manter a regularidade na impressão e entrega das apostilas. Cabe ressaltar, que para moradores/as das favelas pesava o fato de muitos não possuírem nem computadores e nem impressora em suas residências. O que denuncia como o acesso à educação foi comprometido no período da pandemia, mesmo nos casos em que se traçou uma estratégia para alcançar quem não tinha acesso regular à internet ou nenhum acesso, o Estado não conseguiu assegurar material e suporte educacional.

Nesse contexto do Rio de Janeiro, vale mencionar a experiência positiva de uma das mães da Maré:

Meus filhos tiveram dificuldade para acessar os materiais porque não temos computador em casa e a Redes da Maré ofereceu um tablet para que pudessem estudar em casa e eles custearam a internet. Também recebi da Redes cesta básica e álcool em gel. *(Cassiane, mãe e moradora da Vila do João)*

A experiência dessa mãe demonstra como o apoio e a capilaridade de ações de organizações da so-

cidade civil, como a Redes da Maré, foi primordial para garantir o direito à educação aos alunos e

alunas da Maré, com resultados que se refletem no índice de desenvolvimento da educação básica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento popular afirma que “lugar de criança é na escola”. No entanto, ao longo da pandemia ele não foi seguido devido aos riscos de contaminação. Mas essa mesma frase destaca o direito fundamental à educação que deve ser garantido a crianças e adolescentes. Afinal, como preconiza nossa constituição federal no Artigo 205:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Constituição Federativa do Brasil de 1988).

Contudo, como foi demonstrado nessa edição do Mapa Social do Corona, o acesso à educação foi comprometido pois “a escola não foi pensada para caber num aplicativo” (Daniela Azini, diretora da rede municipal). As estratégias alternativas ao modelo escolar não objevaram sucesso em larga escala, seja pela condição socioeconômica das famílias seja pela falta de recursos nas escolas, so-

bretudo públicas.

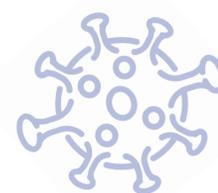
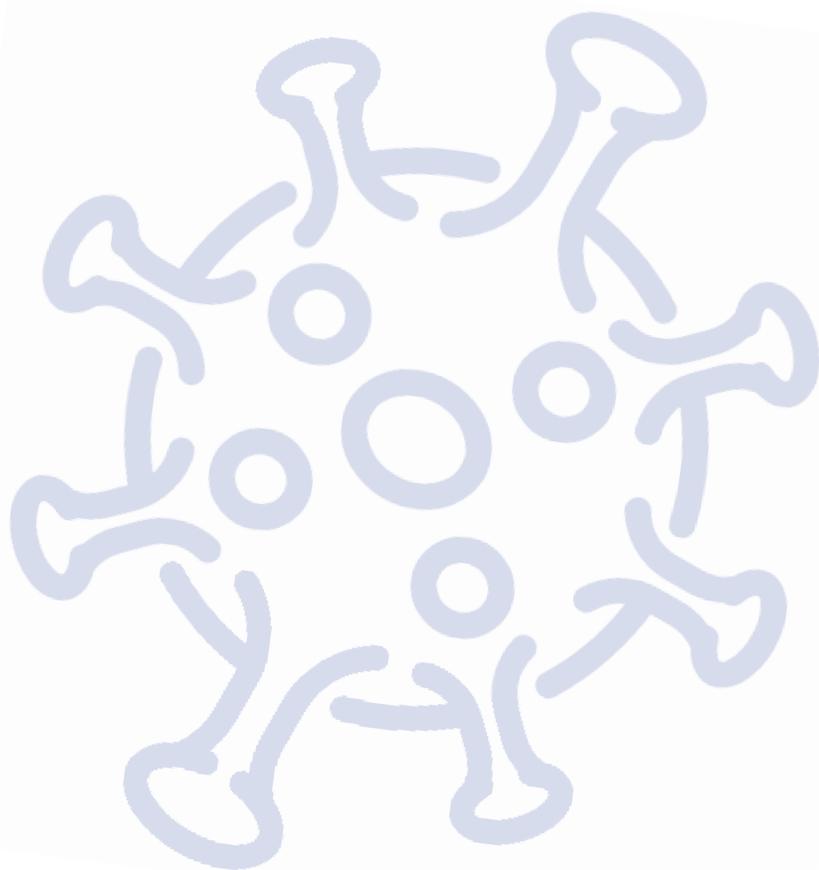
A escola é um espaço fundamental para a socialização e para o letramento social das alunas e dos alunos. É lugar de vivência e convivência com o diferente, promovendo o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de cada estudante.

Apesar da preponderância do ambiente escolar no modelo educacional atual, sobretudo para os anos iniciais, o fechamento das escolas na pandemia não interrompeu os processos de socialização destes sujeitos. Outros agentes emergiram. Nas regiões mais abastadas a família ganhou protagonismo, ao passo que nos territórios populares a sociedade civil organizada foi fundamental neste processo.



Os dados públicos sobre rendimento escolar confirmaram o aprofundamento das desigualdades educacionais. Os casos da Rocinha e Cidade de Deus, por exemplo, apresentam uma interrupção da trajetória histórica de equiparação dos índices (IDEB) entre as favelas e os bairros de maior poder aquisitivo na cidade. Representam nestes casos o retorno a níveis de desigualdade vivenciados em 2015, que não se repetiram desde então. Em contrapartida, a Maré apresentou impactos menos dramáticos no que se refere ao rendimento escolar.

Os resultados obtidos por organizações sociais atuantes em favelas conseguiram mitigar os impactos sociais da pandemia em seus territórios, como no caso da Maré. Foram agentes protagonistas na garantia do direito fundamental à educação. Neste sentido, a revisão do texto constitucional se faz necessária. A fim de garantir mais equidade no desenvolvimento educacional, é preciso conferir maior importância ao papel da sociedade, sobretudo das organizações sociais em territórios populares, nos processos educativos.



15ª Edição

MAPA SOCIAL DO CORONA

ACESSEM
NOSSAS REDES:



/OBSERVATORIODEFAVELAS



@DEFANELAS



@DEFANELAS



/OBSERVATORIODEFAVELAS

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO